

Tombamento: emendas aumentam a polêmica

Criticas de um lado, medidas judiciais de outro: A entrega de um conjunto de emendas elaboradas pelo NEC (Núcleo de Estudos Constitucionais), da Unicamp, e pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) à Câmara Municipal ontem à tarde acabou transtornando ainda mais o já tão confuso clima de trabalho da Comissão de Sistematização da Lei Orgânica, que, entre outros aspectos, aprovou o poder de tombamento de imóveis pelo Legislativo. Dispando mais críticas contra a "liberdade de ação" dos vereadores, o ator e representante do NEC, Marcos Kaloy, demonstrou estranheza diante de "algumas emendas inconstitucionais aprovadas pela Sistematização" e acabou deixando clara sua opinião de que "os vereadores não são capacitados para analisar questões relacionadas ao tombamento".

A resposta veio curta e grossa: os vereadores pediram à mesa diretora da Câmara que tome medidas legais contra Kaloy, que também afirmou à Imprensa a possibilidade das empreiteiras de obras "molharem as mãos" dos vereadores, a fim de que aprovem e demolição de casas para a construção de prédios. "Ele terá que confirmar na Justiça tudo o que disse", garantiu o presidente da Sistematização, Edvaldo Orsi. O vereador Tadeu Marcos (PFL) se mostrou ainda mais contrariado com as palavras de Kaloy: "Se ele tem conhecimento de algum suborno, que dê nome aos bois; não se pode esquecer que o vereador é autoridade máxima no Município, caso ele queira ou não".

Ao perceber o clima desfavorável obtido com a repercussão de suas críticas, Kaloy explicou que "não havia acusado nenhum dos vereadores e que a colocação foi equivocada e infeliz mas como cidadão tenho que pensar em todas as possibilidades que envolvem a elaboração

de uma lei". Para ele, uma lei municipal deve estar preparada para prevenir a atuação de lobbies econômicos.

Emendas

O conjunto de oito emendas apresentadas pelo NEC se refere principalmente à área de cultura da cidade. Vários artistas, que estiveram reunidos nas últimas semanas para discutir o capítulo de cultura da Lei Orgânica, estão pedindo que os recursos destinados a esta área anualmente não poderão ser inferiores ao percentual do orçamento aplicado no exercício do ano anterior; pedem também que locais como shopping centers reservem espaços físicos para manifestações e empreendimentos culturais. Além disso, as emendas sugerem a criação, manutenção e abertura de corpos artísticos estáveis de música, dança, teatro para a produção e apresentação de manifestações culturais. O NEC quer também que a Sistematização suprima um dos incisos do artigo 229, considerado inconstitucional.

Já o Condepacc apresentou três emendas: duas supressivas, uma ao inciso 19 do artigo 7º e outra ao artigo 233 inteiro, além da terceira que prevê uma nova redação para o artigo 233. A supervisora da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Ana Villanueva, explica que as emendas foram enviadas pela AEAC (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas), órgão que faz parte do conselho de entidades ligadas ao Condepacc.

"Eles pediam que a Câmara tivesse a competência exclusiva para tombamento de imóveis sendo a responsável pela prévia autorização para que o tombamento acontecesse. Na verdade o Condepacc é o órgão que tem esta competência", garante Ana. As emendas do Condepacc foram protocoladas no final da tarde de ontem, separadamente das quais que foram enviadas pelo NEC.

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP

CMUT0009458



Entrega de emendas: as divergências se ampliam